



**O papel do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial:  
um estudo de caso na COOPAR**

**The role of agricultural cooperativism in territorial development: a case  
study at COOPAR**

**El papel del cooperativismo agrícola en el desarrollo territorial: un estudio  
de caso en el COOPAR**

Wendelino Fang<sup>1</sup>

Alisson Eduardo Maehler<sup>2</sup>

Augusto Hauber Gameiro<sup>3</sup>

**Resumo**

Este é um estudo que utiliza metodologia qualitativa para analisar a importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial, nas dimensões econômica e social. Para tanto, realizou-se um estudo de caso na COOPAR (Cooperativa de Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda), situada no município de São Lourenço do Sul/RS. No Brasil, o cooperativismo agropecuário é um dos principais ramos do cooperativismo, apresentando um elevado número de associados e colaboradores. O objetivo da pesquisa foi identificar as contribuições dessas instituições no desenvolvimento territorial local e, para isso, a coleta de dados ocorreu de diversas formas: pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com diversos atores, além de visitas in loco à sede da cooperativa e a associados. Os resultados demonstram que as cooperativas agropecuárias contribuem no desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde as mesmas estão inseridas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo Agropecuário. Desenvolvimento Econômico e Social. Produção Local.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [wendelino.fang@gmail.com](mailto:wendelino.fang@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5742-3245>

<sup>2</sup> Doutor em Administração, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.  
E-mail: [alissoneduardo@ufpel.edu.br](mailto:alissoneduardo@ufpel.edu.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6694-9329>

<sup>3</sup> Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo com Pós-Doutorado pela Université Paris-Saclay, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: [gameiro@usp.br](mailto:gameiro@usp.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9015-5281>





### **Abstract**

This is a study that uses qualitative methodology to analyze the importance of agricultural cooperativism in territorial development, in the economic and social dimensions. Therefore, a case study was carried out at COOPAR (Cooperativa de Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda), located in the municipality of São Lourenço do Sul/RS. In Brazil, agricultural cooperativism is one of the main branches of cooperativism, with a high number of associates and collaborators. The objective of the research was to identify the contributions of these institutions in the local territorial development and, for this, the data collection took place in different ways: bibliographic research, semi-structured interviews with several actors, in addition to on-site visits to the cooperative's headquarters and associates. The results show that agricultural cooperatives contribute to economic and social development in the communities where they are located.

**Keywords:** Agricultural Cooperativism. Economic and Social Development. Local Production.

### **Resumen**

Este es un estudio que utiliza una metodología cualitativa para analizar la importancia del cooperativismo agrícola en el desarrollo territorial, en las dimensiones económica y social. Por lo tanto, se realizó un estudio de caso en la COOPAR (Cooperativa de Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda), ubicada en el municipio de São Lourenço do Sul/RS. En Brasil, el cooperativismo agrícola es una de las principales ramas del cooperativismo, con un elevado número de asociados y colaboradores. El objetivo de la investigación fue identificar los aportes de estas instituciones en el desarrollo territorial local y, para ello, la recolección de datos se realizó de diferentes formas: pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestructuradas con varios actores, además de visitas in situ. a la sede de la cooperativa y asociados. Los resultados muestran que las cooperativas agropecuarias contribuyen al desarrollo económico y social de las comunidades donde se ubican.

**Palabras clave:** Cooperativismo Agrícola. Desarrollo Económico y Social. Producción Local.





## Introdução

O cooperativismo é um movimento econômico e social entre pessoas, em que a cooperação é baseada na participação dos associados, com vistas a atingir um bem comum. Portanto, cooperativas podem ser definidas como empresas constituídas por associações autônomas de pessoas que se unem, voluntariamente, com o intuito de satisfazer suas aspirações econômicas, sociais e culturais (Bialoskorski Neto, 2002).

Diversos são os benefícios, econômicos e sociais, promovidos por esse modelo de organização. Ressalta-se que, historicamente, no contexto do cooperativismo brasileiro, dentre os vários tipos de cooperativas, as agropecuárias têm expressiva relevância econômica e social. No Brasil, a participação das cooperativas agropecuárias soma um total de 1.613 organizações, com 1,1 milhão de cooperados e mais de 209 mil colaboradores. No Rio Grande do Sul, em 2018, estavam operantes 130 cooperativas agropecuárias, com mais de 320 mil associados e 36.600 colaboradores (OCERGS, 2018). Ainda no Rio Grande do Sul, em 2019, as cooperativas agropecuárias chegaram a contribuir, por meio da arrecadação de impostos, com mais de R\$ 1,7 bilhão de reais (OCERGS, 2019). Esses dados corroboram a importância das cooperativas no que tange a geração de empregos e distribuição de renda.

Nesse âmbito, o ano 2012 foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o ano internacional do cooperativismo, sugerindo que as cooperativas podem ser uma importante forma de organização, capaz de viabilizar atividades econômicas e sociais para muitas pessoas. Segundo Logmovejo *et al.* (2012), a partir dessa celebração, as cooperativas tiveram a oportunidade de posicionar-se como um setor influente nos processos de desenvolvimento econômico e social, promovendo o desenvolvimento local. Destaca-se que, ao longo dos anos, o movimento cooperativista brasileiro se fortaleceu e adquiriu representatividade, tendo como principal órgão a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Nesse universo, as organizações cooperativas estão classificadas em oito ramos, conforme sua atuação. Assim, as cooperativas que atuam em atividades relacionadas à agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira são denominadas de ramo agropecuário (FEE-RS, 2019).

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é entender o papel da COOPAR junto aos associados produtores e as contribuições desta no desenvolvimento das atividades dos cooperados. Desta forma, busca-se entender a contribuição do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento na dimensão econômica e social.





## Referencial Teorico

Nesta etapa são apresentados os aspectos teóricos que dão suporte à pesquisa. Inicialmente são abordadas questões relacionadas aos territórios e desenvolvimento e, na sequência, são apresentadas questões relacionadas ao cooperativismo agropecuário e dados correlatos à presente pesquisa.

### 2.1 Conceitos de Território e Desenvolvimento

A abordagem territorial do desenvolvimento vem despertando interesse, desde meados dos anos 1990, nascendo a partir da necessidade de uma redefinição e redirecionamento em virtude de uma crise de capital. Conforme Navarro (2001), até então, o desenvolvimento fora associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais, destinadas às intervenções nas regiões pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização, via substituição de fatores de produção considerados atrasados.

Desde então, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) voltou sua atenção para estudos que levavam em consideração a integração entre políticas nacionais, regionais e locais nessa temática. Deste modo, segundo Ortega (2007), o Banco Mundial passou a incentivar estratégias de desenvolvimento territorial, recomendando aos Estados Nacionais o aproveitamento, ou a constituição, de arranjos socioprodutivos locais. Veiga (2002) aponta que uma política de estratégia de desenvolvimento local deve ser considerada como um complemento às políticas de desenvolvimento regional, surgindo assim, a concepção de desenvolvimento territorial. A partir da segunda metade dos anos 90, os conceitos de desenvolvimento começam então a incorporar outras dimensões, além da meramente econômica. Pieniz (2013) afirma que o desenvolvimento transcende questões econômicas, envolvendo também questões subjetivas.

Deste modo, começam a surgir termos como capital social, que de modo resumido, segundo Putnam (2006), pode ser definido como um conjunto de atributos ou laços e normas de confiança e reciprocidade disponíveis numa comunidade. Ainda no contexto das questões subjetivas, Vargas (2002) destaca a importância da presença de um ambiente de inovação e troca de informação. A relevância disso para o desenvolvimento do território inovativo, consiste no compartilhamento das identidades socioculturais, que permitem maior interação entre os atores, além de, por outro lado, a presença de aglomerações produtivas territoriais representarem uma estrutura que facilita a promoção de redes cooperativas.





Braga (2001) enfatiza que a elevação do termo “território” às discussões sobre desenvolvimento conduz os debates à utilização de potenciais econômicos, humanos, naturais e culturais, internos a cada território, definindo essa abordagem como desenvolvimento territorial endógeno. Esta abordagem, segundo Aranda *et al.* (2009), baseia-se na melhoria das capacidades competitivas e na transformação dos sistemas produtivos locais dos territórios.

Nesse âmbito, Boesier (1997, 2005) propõe a articulação de quatro diferentes dimensões para promover o desenvolvimento endógeno, a saber: dimensão social; dimensão econômica; dimensão ambiental, científica e tecnológica; e, dimensão de identidade cultural. No entanto, neste estudo optou-se em ater as discussões em duas: **a dimensão social**, que permite ao território fazer suas escolhas; e, **a dimensão econômica**, que trata da capacidade territorial na articulação dos diversos recursos capazes de gerar excedentes de renda que poderão ser reinvestidos localmente, gerando assim sustentabilidade e diversificação da base material para o desenvolvimento.

Na sequência são apresentados alguns aspectos referentes ao cooperativismo, definição de cooperativas, princípios cooperativistas, e a relação entre as cooperativas, os associados e o mercado.

## 2.2 Cooperativismo

Cooperativismo é um movimento surgido na Inglaterra, em 1844, em um ambiente de grandes dificuldades para os trabalhadores. Relata-se que a primeira organização reconhecida como cooperativa moderna foi criada, naquele ano, por um grupo de 28 operários, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, Inglaterra, sendo chamada de “**Sociedade dos Probos de Pioneiros Rochdale**” e, alicerçada em valores como: democracia, igualdade, solidariedade, equidade e ajuda mútua (Holyoake, 2005).

No Brasil, o surgimento do cooperativismo agropecuário ocorreu em 1892, com a criação da “*Società Convenzione Agricoli Industriali*” no Rio Grande do Sul, por um grupo de imigrantes italianos, sendo essa uma iniciativa isolada e sem continuidade (Schneider, 2003). A partir de 1930, o Estado brasileiro assumiu o papel de definidor de políticas agrícolas, transformando o cooperativismo em um dos seus instrumentos para a promoção do desenvolvimento econômico nacional, voltando para si o controle do movimento, tutelando-o por mais de cinco décadas (Gonçalves, 2005). Neste contexto, foram criadas as cooperativas





trítcolas ou mistas, que passaram a atuar como agenciadoras de programas oficiais de propagação do pacote tecnológico, de financiamento, armazenamento e de assistência técnica.

As organizações cooperativas são dispostas a partir dos princípios cooperativos, sendo estes derivados das normas autoimpostas pelos pioneiros de Rochdale, constituindo a base filosófica do cooperativismo, que ao longo do tempo foram sendo reformulados (Meinen *et al.*, 2012). Atualmente, estão em vigor os princípios estabelecidos pelo Congresso de Manchester, realizado em 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI. Estes princípios foram sintetizados por Meinen *et al.* (2014), sendo eles:

- a) Adesão livre e voluntária (Schneider, 2003);
- b) Controle democrático pelos associados (Cechin, 2014);
- c) Participação econômica dos sócios (Cechin, 2014);
- d) Autonomia e Independência da cooperativa (Cechin, 2014).;
- e) Vínculo da cooperativa com a educação, treinamento e informação dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e dos empregados da cooperativa (CECHIN, 2014);
- f) A Intercooperação (Cechin, 2014);
- g) Preocupação com a comunidade (Cechin, 2014).

Assim, a ideia que permeia a doutrina cooperativista, segundo Bialoskorski (2004), contempla a substituição da competição pela cooperação, e o lucro pela distribuição igualitária dos resultados, ou seja, os princípios cooperativos são fundamentais para definir a maioria dos aspectos das próprias organizações cooperativas.

### 2.3 Definição de Cooperativas

Para Cenzi (2009), as cooperativas são organizações empresariais que tem caráter auxiliar, a partir de uma coletividade de produtores, consumidores ou poupadores, que promovem, em comum, a defesa de suas economias individuais. Assim, estes conceitos mostram que a cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital.

Diante do exposto, fica evidenciado que as cooperativas têm um papel diferenciado na sociedade. Schneider (2003) traz que as cooperativas apresentam duplo caráter: i) sociedade de pessoas, visto que, com base no associativismo, tem como objetivo melhorar as condições econômicas e sociais dos associados, ou seja, alcançar objetivos comuns ao grupo; e ii) caráter empresarial, porque também é uma organização empresarial, sem fins lucrativos, embora





tenha fins econômicos e sociais, e, como outras empresas, têm inúmeras obrigações de ordem legal a cumprir.

Ainda, Bialoskorski (2002) assinala que dada sua função social, ainda que as cooperativas não apresentem significativas sobras destinadas ao rateio entre os associados, o crescimento do quadro social, a participação em assembleias, o crescimento da produtividade de uma área de influência da cooperativa deve ser considerado, juntamente com o desempenho econômico.

O cooperativismo brasileiro é representado OCB, órgão máximo de representação, sendo a instituição responsável pela defesa e a organização do sistema cooperativista brasileiro e, diante do exposto, é perceptível que conciliar os princípios cooperativistas com as regras do mercado representa um desafio para os gestores.

Com a finalidade de contextualizar a pesquisa realizada, a seguir é relatada a metodologia utilizada para este fim.

### **Procedimentos Metodológicos**

No intuito de atender ao objetivo proposto, foi realizado um estudo de caso na COOPAR, com sede administrativa localizada no interior do município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul. Adotou-se, para isso, uma estratégia de pesquisa de caráter exploratório, segundo o qual é possível considerar os mais variados aspectos relacionados ao fenômeno estudado, permitindo uma variada forma de coleta de dados incluindo, entre outras, entrevistas com pessoas que detêm conhecimento sobre o fenômeno, além do levantamento bibliográfico (Gil, 2017).

Ademais, o trabalho é composto por uma abordagem qualitativa, visto que, segundo Santos (2009), a abordagem qualitativa fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. Já a coleta dos dados ocorreu em diversas fases, sendo que inicialmente foram realizadas entrevistas presenciais, com seis cooperados da COOPAR e dois dirigentes de cooperativa. Em um segundo momento, de forma remota, foram entrevistados os especialistas em desenvolvimento. As entrevistas foram sendo realizadas conforme um roteiro pré-estabelecido, para que os respondentes pudessem demonstrar sua percepção a respeito do papel da cooperativa para o desenvolvimento territorial e, assim, responder ao objetivo geral da pesquisa. Para definir o número de entrevistados foi utilizado o método de saturação teórica dos dados e, com isso, foram realizadas 10 entrevistas (seis





cooperados, dois gestores e dois especialistas). As entrevistas foram gravadas e transcritas, e os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Por fim, os dados relativos a COOPAR foram obtidos com visitas in loco, na sede administrativa, onde ocorreu a interação com os gestores e colaboradores. Houve o fornecimento de documentos contábeis, relatórios e o estatuto da organização. Alguns dados foram coletados na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. Foi assinado um termo de consentimento para o uso e a divulgação desses dados para o presente estudo.

### 3.1 Descrição e Análise dos Resultados

Nesta seção, inicialmente são descritos os dados coletados na COOPAR e na Secretaria da Fazenda do Município de São Lourenço do Sul e, posteriormente, estes dados são analisados levando-se em consideração os dados coletados nas entrevistas.

### 3.2 Descrição dos Dados

Neste subitem são apresentados os dados coletados, em diferentes momentos e locais na condução da pesquisa.

## História e Surgimento da COOPAR

Quando se estuda a história da COOPAR verifica-se que há um movimento de associativismo anterior à sua constituição formal. No contexto econômico, os agricultores familiares encontram dificuldades relacionadas à comercialização de seus produtos, tendo em vista que a produção é caracterizada pela diversidade de alimentos. Sendo assim, a estrutura de comércio pré-existente à formalização da COOPAR não conseguia mais responder às necessidades de mercado para produtos como milho, feijão, batata inglesa, cebola, alho e hortaliças. A falta de uma estrutura para o comércio desses produtos servia como um estímulo para que ocorresse a substituição dessas culturas pela cultura do tabaco (COOPAR, 2013).

No contexto social, os agricultores eram motivados a criar associações para produzirem melhor e com mais qualidade. Neste sentido, o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), teve papel relevante neste processo. Neste cenário, a





CAPA disponibiliza seus profissionais para prestar assistência técnica às lavouras dos pequenos agricultores da região, desenvolvendo a conscientização e motivando-os para o associativismo, sendo este trabalho realizado desde 1987.

A experiência associativa, aliada à construção da identidade e motivação das lideranças, foi a base para criação da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda, ocorrido em 30 de maio de 1992.

A fundação da cooperativa contou com a adesão de 41 cooperados. A partir de 1995, a cooperativa buscou atuar de forma mais sólida, valorizando e cumprindo integralmente os compromissos firmados com os cooperados. Inicialmente, a cooperativa trabalhava com batata, hortigranjeiros, suínos, milho, feijão e soja. Já em 2001, a cooperativa decidiu entrar no ramo dos laticínios, uma vez que, neste ano, o setor passava por grave crise, fazendo com que inúmeros produtores abandonassem a pecuária leiteira na região. (COOPAR,2021).

A COOPAR considera a entrada neste setor como fator determinante para o fortalecimento da atividade leiteira na região. Corroborando com isso, na atualidade, o município de São Lourenço é o maior produtor de leite na região sul do Rio Grande do Sul e o 7º colocado entre os 496 municípios gaúchos. Em decorrência da industrialização e do beneficiamento dos produtos que utilizam a matéria prima dos associados, em 2004 foi criada a marca Pomerano Alimentos. A marca Pomerano foi escolhida por refletir o vínculo existente entre a COOPAR e a colonização alemã e pomerana, predominante na região da vila de Bela Vista, no interior de São Lourenço do Sul. Atualmente, a cooperativa tem uma estrutura para atender os mais de 5.100 associados, bem como mantém relação com o mercado, o que permite dar demanda às matérias primas que os produtores entregam.

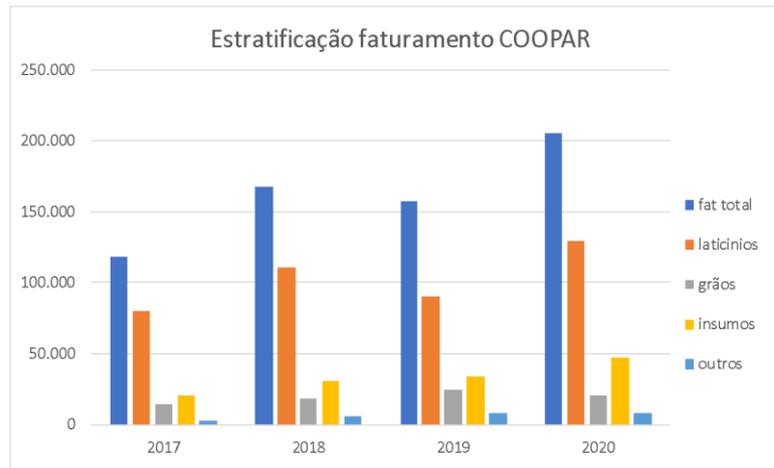
### **Estratificação do Faturamento da COOPAR no Período de 2017/2020**

A seguir, na figura 1, apresenta-se a estratificação do faturamento da COOPAR para o período de 2017 a 2020.



**Figura 1**

*Estratificação do faturamento da COOPAR, de 2017 a 2020*



A partir da análise da figura 1, é possível observar que há um crescimento em todas as atividades e que o faturamento total no período aumentou de R\$ 118 milhões, para R\$ 205 milhões. Observa-se que há um crescimento em todos os setores, no entanto o setor de laticínios é a principal fonte de receita no período, respondendo por mais de 60% do faturamento total em todos os anos.

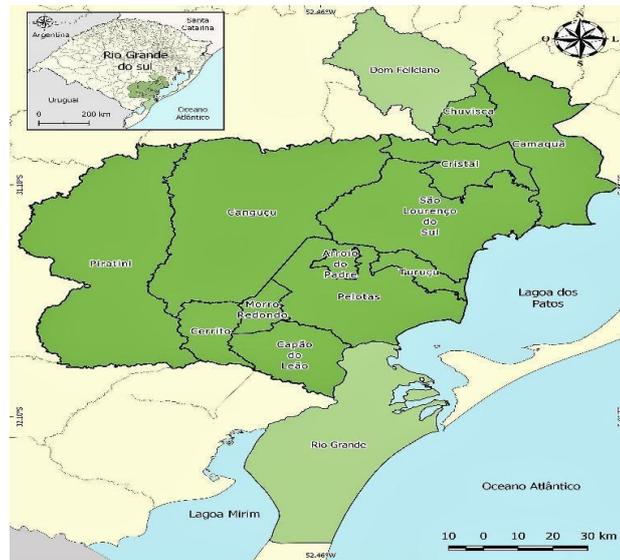
No ano de 2019 nota-se uma pequena redução no faturamento relacionado aos laticínios, onde aponta-se como principais causas, a exclusão de mais de 300 produtores, visto que esses não conseguiram se atualizar para atender as exigências mínimas requeridas por portaria do MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), além da ocorrência de uma estiagem muito prolongada nesse período na região.

### Área de Atuação

A seguir apresenta-se o mapa da região sul (figura 2), destacando a área da atuação da COOPAR em relação à região de captação de leite. As cores diferentes do mapa indicam os distintos processos, ou seja, na cor verde a COOPAR organiza e realiza a coleta do leite, já na área verde clara, que representa os municípios de Rio Grande e Dom Feliciano, este processo é executado por meio de parcerias.

**Figura 2**

*Mapa da região sul evidenciando áreas de atuação da COOPAR*



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em relatório COOPAR laticínios.

Neste enquadramento, os associados produtores de leite encontram-se distribuídos em diversos municípios da região sul do Rio Grande do Sul. A tabela 1, apresentada a seguir, indica a abrangência da bacia de captação de leite da COOPAR e a distribuição quantitativa desses associados produtores de leite, por município.

**Tabela 1**

*Distribuição dos produtores de leite na região de atuação da COOPAR.*

<b>Município</b>	<b>Número de cooperados produtores de leite</b>
São Lourenço Do Sul	260
Canguçu	329
Cristal	15
Turuçu	24
Pelotas	154
Camaquã	40
Capão Do Leão	7
Morro Redondo	27
Piratini	4
Chuvisca	10
Cerrito	14
Arroio Do Padre	40
Total	924

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em relatório COOPAR laticínios.

São um total de 950 cooperados que produziram, durante o ano de 2020, aproximadamente 60 milhões de litros de leite. Quando levado em consideração a produção diária, verifica-se que, do total de associados produtores de leite, aproximadamente metade deles produzem até 100 litros /dia, caracterizando-os, assim, como pequenos produtores da



agricultura familiar. Na faixa de produção entre 101 e 200 litros também há um expressivo número de produtores, contabilizando 260 produtores. Estas duas faixas de produção, quando somadas, concentram 70% do número de produtores da cooperativa e representam cerca de 40% da produção total (Tabela 2).

**Tabela 2**

*Relação do número de produtores, produção diária e % da produção total da COOPAR*

Produção	Nº produtores	% da produção total
Até 100 litros	450	20
101 até 200	260	20
201 até 300	94	15
301 até 700	90	28
Acima de 700	30	17

Fonte: setor laticínios - COOPAR 2021.

### **Contribuição da COOPAR: Arrecadação do Valor Adicionado**

O valor adicionado (VA) está ordenado na Lei Complementar número 63, de 11.01.90, em seu artigo 3º, o qual define valor adicionado como: o valor correspondente, para cada município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços no território municipal, deduzido do valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.

Ainda, cabe ressaltar que o ICMS é um tributo arrecadado pelo Estado, onde parte dessa arrecadação retorna aos municípios, proporcionalmente à participação desses no movimento geral de operações que constituem fatos geradores desse imposto, realizados em todo estado durante um determinado exercício. O Estado fica com 75% e distribui 25% da receita do ICMS, significando que, para cada unidade de real arrecadado, R\$ 0,25 centavos será dividido entre os municípios de seu território. O valor que os municípios recebem, do total dessa arrecadação, é calculado por meio do índice de participação do município na arrecadação, que é chamado de Valor Adicionado - VA.

Assim sendo, o bom desempenho da indústria, comércio e serviços, reflete positivamente na receita do Valor Adicionado. Com estas receitas, as prefeituras poderão melhorar as condições socioeconômicas de seus habitantes, através de políticas públicas, com a alocação desses recursos, resultando assim, melhorias no desenvolvimento territorial (Buttembender, 2010). Segundo Buttembender (2010), a arrecadação tributária é hoje a principal geradora de recursos para o desenvolvimento de programas sociais, tais como: educação, saúde, segurança e provimento de infraestrutura.

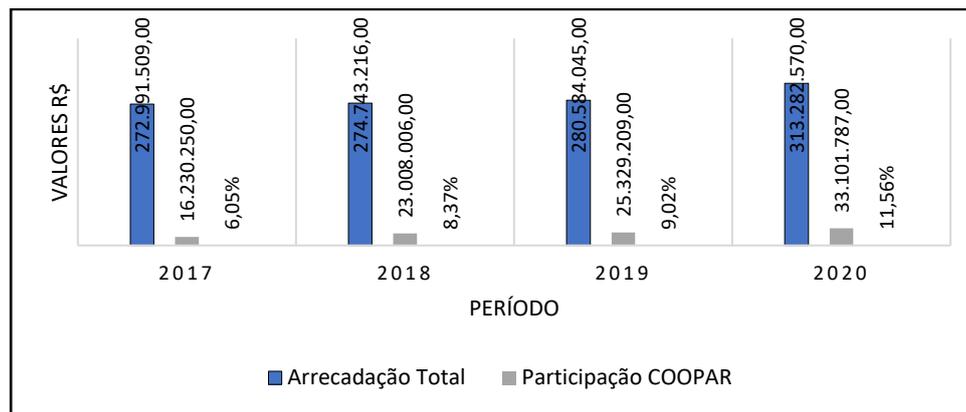




Diante do exposto, quando apurados os valores totais arrecadados pelo município de São Lourenço do Sul e comparado com a participação ou contribuição na COOPAR neste total, verifica-se que, para o período 2017/ 2020, a cooperativa aumentou a participação neste total, passando de 6,05% para 11,5% (figura 3):

**Figura 3**

*Participação da COOPAR no total do Valor Adicionado do município de São Lourenço do Sul*



Fonte: Secretaria Municipal Fazenda- São Lourenço do Sul, 2021

Quando utilizados os dados exclusivamente da área de laticínios, o que representa a principal fonte de receitas da cooperativa, é possível perceber que a COOPAR representa uma significativa participação no Valor Total Adicionado no município de São Lourenço do Sul, sendo que no ano de 2020 contribuiu com 7,19% do total arrecadado. Esse percentual deu à COOPAR, em 2020, a primeira colocação em comparação com as demais empresas instaladas naquele município (tabela 3).

**Tabela 3**

*Arrecadação valor adicionado total (VA) total e participação no ranking com outras empresas*

Ano	VA total (x1000)	VA COOPAR (x1000)	% Participação	Posição no ranking
2016	266.469	11.991	4,5%	5ª colocação
2017	272.991	13.412	4,9%	5ª colocação
2018	274.743	13.191	4,8%	4ª colocação
2019	280.584	13.785	4,92%	4ª colocação
2020	313.282	22.531	7,19%	1ª colocação

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda -S. Lourenço do Sul





Os dados utilizados nesta tabela são referentes ao Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), operado pela COOPAR, e referindo-se somente ao setor de laticínios. Quando computadas as atividades dos demais CGCs, este valor passa de 11% na participação do Valor Adicionado no município de São Lourenço do Sul.

O aumento pode estar relacionado ao fato de o quadro social, ou o número total de associados da COOPAR vir evoluindo desde a sua fundação, alcançando em dezembro de 2020 o total de 5.129 cooperados ativos, sendo que, mais de 50% destes foram admitidos a partir do ano de 2017.

### Financiamento e Mutualidade entre Cooperativa e Produtores

Os dados aqui transcritos referem-se a adiantamentos que a cooperativa faz a seus associados. Os créditos gerados por estes adiantamentos geralmente referem-se a financiamentos de equipamentos (resfriadores de leite) utilizados pelos produtores, assim como também para aquisição de insumos para o desenvolvimento da atividade dos associados (exemplo: material de limpeza para sala de ordenha) ou insumos para a própria atividade (adubo, semente, defensivos, etc.), utilizados para a realização de cultivo de pastagens ou culturas agrícolas (pasto, milho, etc.), e por, fim ainda pode incluir alguma forma de adiantamento em moeda corrente que poderá ser paga em futura entrega de produtos.

#### Figura 4

Valor de financiamentos pela COOPAR aos associados, no período de 2017-2020



Fonte: elaborado pelo autor com base em demonstrativos contábeis COOPAR.

A evolução desses adiantamentos está representada na figura 4. O apresentado até aqui demonstra que uma cooperativa agropecuária exerce atividades além daquelas que lhe seriam típicas, ou seja, servindo também como fonte de financiamento para seus associados. No geral, não há provisão para credores duvidosos, estabelecendo inicialmente, critérios para





a liberação de créditos. Isso mostra que há um sentimento de confiança mútua entre os gestores e os associados produtores de leite e, durante o período analisado, há apenas um lançamento (2017) que informa uma provisão para liquidação de crédito não pago.

### **Análise das Entrevistas**

Através das entrevistas, realizadas com atores previamente selecionados, foi possível identificar algumas percepções que esses têm em relação à influência do cooperativismo no desenvolvimento territorial rural, uma vez que, alguns fatores e/ou interações entre esses atores podem influenciar nessa temática.

Foi possível perceber que, às vezes o mesmo tema é tratado de forma diferente, uma vez que os atores têm uma visão distinta em relação à própria cooperativa agropecuária (COOPAR). As ideias das entrevistas foram compiladas a partir da orientação dada no referencial proposto, isto é, nas duas dimensões do desenvolvimento.

No caso dos dirigentes da COOPAR, as ações evidenciadas podem ser classificadas em 4 linhas gerais, ou seja: 1) direcionamento de recursos econômicos na região; 2) assistência técnica através do departamento técnico da COOPAR; 3) preocupação com a qualidade e a quantidade de leite produzido, ou seja, preocupação com o desenvolvimento da cadeia do leite; e, 4) preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos associados, estabelecendo uma confiança entre associado e cooperativa.

Já no que se refere aos associados, as percepções que eles desenvolvem estão muito relacionadas à rentabilidade ou à manutenção da viabilidade de sua propriedade, sua unidade de produção agrícola.

Os especialistas em desenvolvimento apresentam uma visão um pouco mais abrangente, ou seja, vai além da atuação da COOPAR em si. As percepções desses atores estão mais voltadas a um contexto geral, que remete à ideia de diversificação das rendas na área rural, apontando, para tanto, duas vias: 1) implantação do turismo rural e estímulos aliados à lazer e qualidade de vida, além da instalação de atividades não agrícolas na área rural; 2) melhorias na infraestrutura para manter as pessoas na área rural e fomentar o desenvolvimento de agroindústrias.

Na sequência serão analisados cada um desses pontos apresentados, de maneira distinta, com a inserção de trechos de entrevistas e citação de estudos análogos que possam corroborar ou, até mesmo, refutar as visões captadas pela presente pesquisa.





## Dimensão Social

Por definição, o Cooperativismo é uma Economia Social e, as organizações cooperativas são integrantes da maior importância, uma vez que proveem à sociedade não só bens públicos e sociais, como também promovem o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego (Bialoskoski Neto, 2002). Assim, variáveis como cooperação, confiança nos envolvidos em processos de desenvolvimento e, a atuação das cooperativas, serão analisadas a seguir. Como por exemplo, o papel da cooperativa como uma forma de organização capaz de dar suporte ao cooperado, principalmente quando o cooperado encontra-se no grupo de associados dos agricultores familiares.

Em muitos lugares as cooperativas representam, para os produtores, um único canal de comercialização, aquisição de insumos e, por vezes, de financiamento. Conforme Ferreira e Braga (2004), essas tornaram-se socialmente importantes, uma vez que são consideráveis geradoras de empregos, contribuindo no desenvolvimento local. Para os pequenos produtores, as cooperativas agropecuárias agregam valor e viabilizam o mercado para os seus produtos, assim, “as cooperativas são capazes de atuar em mercados, sem discriminar pequenos produtores e podendo ainda controlar melhor os preços da produção primária, certificar qualidade e produtos pelo relacionamento próximo que possuem com os produtores” (Maraschin, 2004, p.35).

Nesse sentido, nota-se que a COOPAR demonstra preocupação com estes pequenos produtores da agricultura familiar, uma vez que representam mais de cinquenta por cento dos associados produtores de leite ativos. O bem-estar e a estabilidade desses grupos de produtores é muito importante, conforme pode ser presenciado no relato do gestor que, quando perguntado sobre a importância da cooperativa, imediatamente explicou:

Em primeiro lugar, acho que as ações que estamos desenvolvendo são importantes porque ajudam a manter o agricultor familiar na atividade, evitando que venham para a periferia da cidade onde não tem oportunidade [...] Acho que estamos contribuindo, desenvolvendo e profissionalizando para que ele possa tirar o sustento dele e da família.

Outra, não fazemos o nosso trabalho pensando só no lucro, por exemplo, diferente de outras empresas, que querem ganhar em cada etapa. Aqui fornecemos as sementes e depois nos comprometemos em adquirir também a produção[...]

Na área do leite, a gente busca uma melhor infraestrutura para o produtor, na propriedade dele, compramos os resfriadores a granel para eles, isto é um ato de cooperação. A cooperativa está tendo algumas sobras com estes produtos que recebe do produtor, mas isto





é reinvestido a favor do cooperado para ele melhorar sua estrutura de produção (Gestor COOPAR).

Nesta área, as ações desenvolvidas pela cooperativa, envolvem principalmente o departamento técnico que, segundo o gestor, está aumentando a capacidade de atendimento, com profissionais voltados a atender os produtores e, explicou que há uma contínua atualização através de treinamentos que são realizados fora da cooperativa.

Tanto os cooperados entrevistados, quanto os gestores, demonstram que há uma confiança recíproca entre estes atores. Da mesma forma, este sentimento já foi percebido por Bork (2011), onde concluiu que nas cooperativas há uma identificação com a diretoria, e, facilidade no escoamento da produção. Dessa maneira, a cooperativa ajuda os cooperados e, por sua vez, os cooperados são fiéis à cooperativa.

É fato que o fortalecimento da cooperativa transcorre à participação dos associados e, nas entrevistas realizadas, constata-se que há dois grupos presentes: os entrevistados que ficam mais distantes da sede da cooperativa, que quase não participam das reuniões e alegam que não ficam sabendo; por outro lado, há os cooperados que exercem suas atividades mais próximas da sede, participando também mais ativamente das decisões. Alguns grupos de associados constituíram pequenos núcleos para realizar reuniões, geralmente de cunho técnico, no entanto, atualmente esses encontros estão suspensos devido à pandemia COVID-19.

No que diz respeito à gestão da cooperativa em si, a opinião do atual gestor é de que deve haver uma continuidade no trabalho, o que sugere a existência de um grupo, onde os membros desse grupo, que possuem uma visão mais ou menos coesa, se revezam na administração da cooperativa, uma vez que, os estatutos coíbem que o mesmo gestor ocupe o cargo por muito tempo. Nesse sentido, explica:

Cada um que chega aqui muda um pouco o foco, mas o essencial é a continuidade. Existe falta de continuidade às vezes na administração pública, e na cooperativa não pode ser diferente. Não é porque mudou a diretoria que tudo deve ser mudado[...]. Os acertos e as coisas boas sempre podem ser melhorados com novas ideias (Gestor COOPAR).

Para os especialistas, a questão da participação na gestão da cooperativa torna-se mais difícil à medida que a cooperativa se torna maior. Explicam que, para gerir um pequeno grupo não precisa de tantas capacidades, uma vez que o produtor associado está acostumado a cuidar da sua propriedade, conforme a fala a seguir:

As cooperativas são organizações que têm uma melhor estrutura em termos de possibilidade de retorno para os agricultores. O problema é muitas vezes na gestão, que teria





que ser profissionalizada, à medida que elas vão crescendo. Segundo me parece, as cooperativas menores, ou pequenos grupos são mais fáceis de administrar (Entrevistado especialista SDR).

Deste modo, fica evidente que a preocupação com a profissionalização aparece quando a organização cooperativa começa crescer, e as operações se tornam mais complexas, exigindo assim colaboradores mais especializados.

Por fim, de forma geral é possível comprovar que a COOPAR gera ganhos sociais, constituindo-se uma estratégia de organização, que pode ser adotada pelos diferentes atores sociais. Guivant (1997) explica, que o sucesso gera interesse de outros atores sociais. Aplicada a dimensão social do desenvolvimento, a agência definida por Long (2001), significa influenciar um grupo, e isto pode ser aplicado ao fortalecimento do cooperativismo como um todo.

### **Dimensão Econômica**

A cooperativa ainda não possui um trabalho no âmbito de incentivar seus associados a diversificar a produção, com o intuito de garantir mais estabilidade e segurança econômica, tanto para a cooperativa, quanto para o associado. Sobre este assunto da diversificação, o dirigente entrevistado explica:

Esta é uma meta para o futuro, já estamos pensando em algo, talvez partir para o ramo de embutidos ou até abate de suínos ou frangos. Talvez um e outro associado que não queira trabalhar com o leite iria gostar de trabalhar com isto. O que poderia ser uma alternativa, tentar abrir o leque (Gestor COOPAR).

Já o especialista em desenvolvimento considera o cooperativismo agropecuário fundamental para o desenvolvimento rural, conforme seu apontamento:

O cooperativismo contribui com a assistência técnica efetiva, e o fortalecimento da agroindústria, e além disto aponta o turismo rural como um vetor de desenvolvimento. Assim o meio rural não só pode pensar no setor agropecuário, mas tem outras duas que considero importantes para avançar uma é instalação de empresas independentemente de serem agrícolas ou agropecuários e outro é diversificar a matriz para criar mais oportunidades e gerar renda (Especialista desenvolvimento).

No entanto, a diversificação está sendo imposta pelas condições atuais de mercado de grãos, estimulando inclusive a migração de cooperativas agropecuárias de outras regiões do





estado para a região sul, como é o caso da COTRIBÁ e LANGUIRU, ambas, cada uma em sua área, fazendo concorrência inclusive com a própria COOPAR.

Quanto à expansão das cooperativas oriundas de outras regiões, parece que se cria uma lacuna, uma vez que, a renda gerada por estas cooperativas de fora de sua área de atuação não seria investida na comunidade dos novos associados. Portanto, o caminho talvez seria a aplicação do princípio da intercooperação, que estabelece:

A Intercooperação entre as cooperativas ou interação nas cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva. A Intercooperação pode acontecer, simplesmente, por meio de compartilhamento de informações e experiências ou, diretamente, por meio da compra de bens e serviços de outras cooperativas (ACI).

Portanto, fazer uma mera busca por matéria prima, ou simplesmente concorrer com cooperativas de menor capacidade, parece um desserviço ao desenvolvimento do cooperativismo.

Nessa mesma linha de argumentos, o próprio associado produtor de leite também enfrenta um dilema. Nas entrevistas, demonstram que estão atentos à possibilidade de trocar a atividade, o que seria um problema para a COOPAR, uma vez que a principal fonte de receita ainda é a cadeia de laticínios. Assim os cooperados produtores de leite explicam que, “para nós que produzimos leite, o difícil é a mão de obra mesmo que é só nossa (agricultura familiar), a gente precisa trabalhar todos os dias e a jornada é muito longa. Nos sábados e domingos, não existe folga nunca” (Coop4).

Este desafio é relatado também pelos demais cooperados entrevistados, realizando uma análise comparativa entre a produção de leite e a produção de grãos, principalmente no que se refere à carga de trabalho, uma vez que, segundo os seus relatos, é bem comum a jornada ultrapassar as 12 horas diárias.

Neste sentido, o especialista em desenvolvimento, ligado ao sindicato dos trabalhadores, demonstrou esta preocupação. Na análise dele, o mercado de grão favorece essa postura de mudança por parte dos produtores de leite, explicando:

Está havendo uma concorrência entre o leite e a soja. O leite é muito importante porque dá uma renda mensal. No leite a mão de obra é muito puxada, a soja qualquer boteco compra, assim parece que quem produz leite está na cadeia. Ele (produtor) vai numa festa... tal hora tem que estar na leitaria. As vacas precisam ser ordenhadas. É chuva, é sol, é neve, é todos os dias (Especialista desenvolvimento).





Quando questionados sobre a geração de renda, os cooperados entrevistados não tiveram dificuldade em apontar a importância da cooperativa. Quando perguntados, eles relataram que mais de 85% da renda é oriunda da produção de leite. Destacam ainda, que se sentem seguros quanto à colocação do produto no mercado, pois alegam que não sabem fazer muito, além de produzir leite. O coop4 explica, “que mesmo já tenha passado por dificuldades em tempos passados, com muitas doenças nas vacas o meu pai já trabalhava na mesma atividade, são 56 anos já, e agora os meus filhos já estão quase tocando tudo sozinho” (Coop4).

Então, dentro das atividades que o produtor exerce, além da manutenção do sustento, percebe-se que há valores subjetivos, preocupação com a sustentabilidade, com a sucessão, entre outros. Já o entrevistado cooperado 5 afirma que “o importante é que não se precisa preocupar com quase nada, a cooperativa traz os insumos, tudo certinho e vem a cada dois dias recolher o leite. Nos 22 anos que trabalho nunca atrasou nenhuma vez” (Coop5).

Quando os entrevistados são os especialistas, eles são unânimes quando perguntados sobre a importância da cooperativa na geração de renda, uma vez que acreditam que o fomento da produção dinamiza e eleva a renda:

Elas são geradoras de renda sim, porque na realidade, oportuniza assim um melhor negócio. A cooperativa quando visto a nível de produtor, ela não é uma instituição que emprega, então na realidade emprega indiretamente, quando comercializa os produtos de boa qualidade. Assim o produtor precisa aumentar a produção para aumentar o volume. Então é indiretamente que gera emprego na área rural. (Especialista em desenvolvimento).

Isto realmente é um fato, todos os produtores entrevistados afirmam que em algum momento, principalmente no pico da colheita, que muitas vezes é na hora de fazer a silagem, sempre precisam contratar pessoas para ajudar.

Quando os entrevistados são os gestores ou dirigentes, eles têm uma visão um pouco diferente, pois levam em consideração a quantidade de postos de trabalho que são gerados dentro das organizações. Neste caso, o diretor da Fecoagro.RS elucidou:

As cooperativas agropecuárias são fontes geradoras de emprego e renda, e por isto, importantes no desenvolvimento territorial, pois tenho certeza, onde existe uma cooperativa instalada, o IDH da região é melhor onde não existem cooperativas e o nível salarial é melhor que nas outras empresas, assim geram oportunidade e renda. Geralmente nos municípios menores as cooperativas são as maiores empregadoras (Gestor FECAAGRO).

Neste sentido, estudo conduzido por Delai *et al.*, (2013), fez uma comparação entre em municípios com cooperativas atuantes e sem cooperativas, do estado do Mato Grosso do Sul, onde constatou o desempenho do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), concluindo





que o IDH dos municípios com presença de cooperativas é maior. Atribui esta melhora ao fato de as cooperativas utilizarem os recursos locais, e retearem as sobras nas localidades de atuação. Diferentemente o que ocorre em outras organizações empresárias.

Nesta mesma linha, a importância que a cooperativa se atribui, quando se fala em quantidade de postos de trabalho gerados, também é bastante significativa:

No início do ano nós já tínhamos mais de 180 pessoas empregadas diretamente, exercendo alguma função na indústria, nos postos de gasolina e em nossa loja, silos ou administrativo. Muitos deles são pessoas, filhos de agricultores. Ao mesmo tempo ainda temos que considerar os empregos indiretos, por que todos os caminhões que recolhem o leite são terceirizados, pôr isso, deve chegar próximo de 250 pessoas que são empregadas, e alguns deles estão espalhados pelos outros municípios (Gestor COOPAR).

Constatou-se ainda que, há transações entre os associados e sua cooperativa que vão além da atuação que se espera dessa. Nesse sentido, refere-se ao aporte de recursos que a cooperativa faz para que os associados possam melhorar suas atividades dentro da propriedade. Assim, ficou apurado que a cooperativa destina recursos em forma de adiantamentos que são representados por equipamentos, insumos e, às vezes, em moeda corrente. Dentro dos registros contábeis, esses recursos estão representados pelas contas de créditos com cooperados, assim como adiantamentos a cooperados.

O gestor da COOPAR explica que esta possibilidade é muito importante, porque segundo ele, às vezes os produtores precisam fazer algum investimento, e a cooperativa realiza a compra, repassando aos produtores que, por sua vez, ficam pagando em produto, conforme a situação de cada um. Assim aconteceu com a compra de uma série de resfriadores de leite, viabilizando a permanência de alguns produtores na área do leite.

Segundo os dados coletados junto à secretaria da fazenda, do município de São Lourenço do Sul, a COOPAR está muito bem colocada quando se leva em consideração a contribuição na arrecadação municipal. No decorrer da pesquisa foi possível perceber que o município sede de cooperativa realmente se beneficia de toda a cadeia que é desenvolvida pela COOPAR. Portanto, o município de São Lourenço do Sul tem uma significativa entrada de recursos nos cofres municipais devido à atividade e atuação da COOPAR, especificamente aqui está se referindo ao Valor Adicionado.

Ademais, outro ponto verificado é a revitalização de uma comunidade rural, do interior do município de São Lourenço do Sul. Trata-se da localidade de Boa Vista, localizada na RS 265, km 24,5, no 6º Distrito. Nesta localidade está localizada a sede administrativa da cooperativa, além de loja e silos para recebimento de grãos.





Destaca-se que, nos dias das visitas foi presenciado um significativo movimento de associados realizando a entrega de grãos, visto que era época de colheita de milho.

Segundo relato do gestor da COOPAR, Boa Vista:

Era praticamente uma vila abandonada, depois que surgiu a cooperativa, surgiu alguns empregos, alguns associados vieram trabalhar aqui, já construíram casa mais perto, melhoram as casas, veio morar pedreiro, tendo mais morador o comércio foi melhorando[...] hoje a vila Boa Vista, está crescendo cada vez mais, já surgiu duas pequenas metalúrgicas, demos duas agências de banco, então é isto. Acho que a COOPAR deu o pontapé inicial no desenvolvimento dessa comunidade. (Gestor COOPAR).

A COOPAR está localizada em uma área rural, que é uma característica importante, possibilitando a percepção de como a criação de uma cooperativa apresenta uma dimensão empreendedora. As comunidades e os próprios associados, muitas vezes não têm esta visão.

Neste sentido, a cooperativa como instituição, pode ser enquadrada no conceito de empreendedor de Schumpeter, que aponta a realização de novas combinações, identificadas por introdução de um bem ou uma nova qualidade do bem; introdução de um novo método de produção ou comercialização de um bem; abertura de novos mercados; conquista de novas fontes de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e, estabelecimentos de novas organizações, portanto, contribuindo para o desenvolvimento (Schumpeter, 1982).

Assim, feita uma análise do conjunto dos resultados socioeconômicos, se verifica que o cooperativismo agropecuário ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento territorial, embora possa se dizer que é mais significativo nos municípios sede dessas organizações, mas não menos importante, quando se usa a ótica da localização dos produtores cooperados. Do ponto de vista social, conclui-se que há uma dinâmica um pouco diferente, por se tratar de cooperativa, pois a cooperativa depende do sucesso da unidade de produção e vice-versa.

Por fim, constata-se que no campo econômico acontecem as principais interações entre os atores sociais. Neste sentido o conceito de interface social (Long, 2007) abrange todas as relações em que cada ator procura atender os seus interesses. Ainda, Gonzales *et al* (2010), explica que interface social é um encontro de diversos atores sociais com diferentes interesses recursos ou poderes. Portanto, as cooperativas estão inseridas em um contexto de competição, onde precisam desenvolver estratégias vantajosas para o seu fortalecimento.





### Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo principal evidenciar as contribuições e a importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial. Apenas uma cooperativa, com sede na cidade de São Lourenço do Sul, foi selecionada como objeto de estudo, pelo critério de acesso, portanto as considerações aqui relatadas não podem ser extrapoladas para outras cooperativas e regiões.

Na realização do estudo observou-se que, o cooperativismo agropecuário é importante para o desenvolvimento territorial rural, uma vez que, mobiliza recursos financeiros, técnicos e sociais, dentro de um contexto de atuação regional. Isso ocorre, principalmente, pelo fato dos ganhos oriundos da geração de impostos e empregos se concentrarem mais no município onde a sede da cooperativa está situada, ou onde estão as instalações industriais que transformam as matérias primas para a colocação do mercado.

Quando analisadas as atividades relacionadas ao produtor, especialmente de leite, contata-se que ele está distribuído em uma vasta área, onde de uma, ou de outra forma, há benefícios que são alcançados por estas organizações. O produtor de leite está inserido numa rede de serviços, deste modo pode-se ponderar que cada cooperado, ao viabilizar sua unidade de produção, mantém um campo de interação que disponibiliza oportunidades, tendo em vista que a atividade exige uma diversificada qualidade e quantidade de mão de obra.

Diante do exposto, percebe-se que a COOPAR é o principal ator, dentro da área de atuação, no que diz respeito ao setor de produção de leite, criando condições favoráveis aos produtores associados e promovendo certa estabilidade de mercado para a produção. Assim, os associados continuam desenvolvendo a atividade leiteira no território de atuação da cooperativa, contribuindo assim na diversificação da produção, gerando benefícios econômicos e sociais.

Além do fator econômico, que muitas vezes fica mais evidente, a pesquisa demonstrou que a cooperativa proporciona ganhos de caráter social indireto para o associado e para a comunidade em geral: os associados possuem uma assistência técnica que é revertida em conhecimento, tornando-se útil até para os não cooperados; ainda, a comunidade em geral é beneficiada com a geração de impostos, que são revertidos em serviços para todos.

O desenvolvimento do cooperativismo como um todo é muito importante e, neste sentido, percebeu-se, a partir de algumas ponderações, que a COOPAR é uma instituição capaz de refletir esta importância: 1) pela sua atuação dentro dos princípios que norteiam este movimento; 2) atuação social, tendo em vista que a cooperativa atua no desenvolvimento do





pequeno produtor que são a maioria dos cooperados; e, 3) por manter uma gestão que transmite confiança aos cooperados e à comunidade, com isso, mantendo uma boa imagem com o mercado, que é o destino das matérias primas produzidos pelos associados.

Na questão prática, o estudo mostra que o fortalecimento do cooperativismo, como movimento, está ligado ao desempenho das cooperativas. No entanto, os gestores precisam estar atentos e, ao mesmo tempo que gerenciam as cooperativas, precisam desenvolver ações para promover o associado.

Por fim, destaca-se que, as limitações no presente estudo estão ligadas principalmente ao fato de um pequeno número de cooperados terem sido entrevistados.

A contribuição teórica do presente trabalho decorre da análise das relações existentes entre o cooperativismo, o desenvolvimento territorial e a ação dos principais atores. Nesse sentido, como os agricultores cooperados são agentes de transformação, ao constituírem a organização cooperativa, propiciam uma complexa teia de contribuições, apresentando consequências não intencionais e efeitos benéficos para toda a sociedade.

Como proposta para estudos futuros, sugere-se vincular outros temas ao cooperativismo, por exemplo, a dimensão empreendedora do cooperativismo, afinal, associar esforços para minimizar os problemas sociais gerados pelo desemprego é uma das razões do surgimento do movimento cooperativista.

### Referências

- Bialoskorski Neto, S. (2002). Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. *Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios*. Viçosa: UFV.
- Bork, F. S. (2011). *Caracterização da percepção dos associados na sua relação com a COOPAR – Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul*. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural – PLAGEDER. UFRGS. 66p. Disponível em: Acesso em: 10 junho 2021.
- Braga, T. M. (2001). Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. In: R. B. *Estudos Urbanos e Regionais*, n. 5, p. 25-39.
- Buttembender, P. L. (2010). *Cooperativismo na Região Noroeste do Rio Grande do Sul: Experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento – Porto Alegre*. SESCOOP/RS.
- Cechin, A. (2014). Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos- Limites e perspectivas. In: *O mundo rural no Brasil no século 21*. Editores Técnicos. Brasília, DF. Embrapa.





- Cenzi, N. L. (2009). *Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro*. Curitiba: Editora Juruá.
- COOPAR. *Estatuto Social da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul*. [http://jucisrs.rs.gov.br-protocolo 21/189.989-5- código segurança lq46](http://jucisrs.rs.gov.br-protocolo%2021/189.989-5-código%20segurança%20lq46). Acesso em agosto 2021.
- Delai, A. P. D. *et al.* (2016). Cooperativismo e desenvolvimento local: uma análise para a região da grande Dourados no estado de Mato Grosso do Sul. *ORG & DEMO*. Marília, v. 17, n. 2, p. 115-134, Jul./Dez.
- Gil, A. C. (2018). *Como Elaborar projetos de pesquisa*. 6ª edição. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, J. (2005). E. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: *Anais*. Ribeirão Preto.
- Guivant, J. (1997). Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia* v. 14, n.3. EMBRAPA, Brasília.
- Logmovejo, R; Mora, A. & Vanhuynegem, P. (2012). Eds. El cooperativismo en América Latina. Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible. La Paz, OIT, *Oficina de la OIT para los Países Andinos*. 400 p.
- Long, N. (2007). *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis.
- Meinen, E.; PORT, M. (2014). *Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. Editor Confebras.
- Navarro, Z. (2001). Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, 16 (44): 83-100.
- Organização Da Nações Unidas. *Agenda 2030*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 junho 2020.
- Organização Das Cooperativas Brasileiras - <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo-2019>  
Disponível em: [www.ocb.gov.com.br](http://www.ocb.gov.com.br). Acesso em: 20 junho. 2020.
- Ortega, A. C.; Mendonça, N. C. (2007). Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. 1. ed. Campinas-SP: Átomo & Alínea. v. 1, p. 80-109.
- Pieniz, L.C.C. (2013). *Elementos Básicos Constituintes do Desenvolvimento endógeno/local/regional/territorial: redes, atores e territórios*. GEDECON. Vol. 01. Unicruz.





- Putnam, R. D. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto MONJARDIM. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV. 260.
- Schneider, J. O. (2003). *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2ª edição. São Leopoldo. Unisinos.
- Schumpeter, A. J. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- Vargas, M. (2002). *Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil*. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia - UFRJ. Rio de Janeiro.
- Veiga, J.E. da. (2002). A face territorial do desenvolvimento. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, set.

Received: 03.15.2024

Accepted: 04.05.2024

